

ESCRITA E REESCRITA DE TEXTOS POR ESTUDANTES SURDOS

Luiz Cláudio da Costa Carvalho (ISBE e INES).
lclaudiocc@terra.com.br

RESUMO

Reflexões sobre o papel do texto literário (prosa, poema e drama), de outras maneiras de expressão artística (cinema, artes plásticas, artes cênicas...) e de formas escritas do cotidiano (cartas, postais, e-mails, notícias de periódicos...) como elementos facilitadores e motivadores para a escrita e reescrita de textos por alunos surdos.

A presente comunicação irá apresentar algumas premissas de natureza teórica que servem como ponto de partida para a pesquisa que estamos começando a desenvolver (desde o início de 2008) no Grupo de Estudos e Pesquisa na Área da Surdez: Linguagem & Cognição, com apoio da FAPERJ e do Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Além do professor que tem a honra de apresentar esta comunicação, participam diretamente da pesquisa: a professora e psicóloga Aline Lage (do corpo docente da Faculdade de Pedagogia do ISBE) e alunos do mesmo curso, sob nossa orientação. Estamos ainda no período de implantação da atividade investigativa. Evidentemente, não poderemos apresentar qualquer espécie de conclusão. Iremos, sim, demonstrar alguns dos postulados em torno dos quais giram nossas discussões preliminares.

Julgamos oportuno, antes de entrarmos na discussão do tema “*escrita e reescrita de textos por alunos surdos*”, apresentar algumas informações básicas sobre o INES, o ISBE e a Faculdade de Pedagogia do ISBE.

O INES está no cenário da educação brasileira há um século e meio. Em junho de 1855, o professor surdo Huet, oriundo do Instituto de Surdos de Paris, apresentou um relatório a D. Pedro II, cujo conteúdo indicava o objetivo de

fundar uma escola para surdos no Brasil. A referida escola foi implantada dois anos depois, no bairro de Laranjeiras, onde até hoje se encontra. Em 2007, portanto, e durante o ano corrente, tiveram lugar eventos comemorativos dos 150 anos de fundação do Instituto. Dentre eles, a publicação do livro *O INES e a educação de surdos no Brasil*, da Profa. Solange Maria da Rocha (Rocha, 2007), indicado para aqueles que desejem ir além das poucas informações possíveis de serem aqui relatadas.

Se o INES é uma instituição sesquicentenária e referência nacional na área da surdez, o ISBE e sua Faculdade de Pedagogia são seus frutos institucionais mais recentes. Nossas atividades letivas, com turmas regulares oriundas de vestibular, tiveram início no primeiro semestre de 2006. Nossa turma mais avançada encontra-se, portanto, no quinto período. Embora haja projetos sendo desenvolvidos, com o objetivo de implantar outras faculdades, a Faculdade de Pedagogia é atualmente o único curso de graduação regular e presencial oferecido pelo ISBE.

O Instituto Superior Bilíngüe de Educação, se me permitem a redundância, foi concebido para ser uma instituição que ministra cursos bilíngües. Portanto, não se trata de oferecer uma formação educacional *inclusiva* e nem *exclusiva* (em Libras). A Língua Brasileira de Sinais – Libras – constitui a própria língua de instrução do Curso, enquanto a Língua Portuguesa consta como disciplina obrigatória apenas em sua modalidade escrita. Convivem, nas salas de aula e nos corredores de nossa Faculdade, alunos surdos e ouvintes “*sinalizantes*”. O processo seletivo de acesso à Faculdade de Pedagogia é dividido em duas etapas: a primeira composta de prova objetiva (com disciplinas do ensino médio e de redação) e a segunda (eliminatória) de prova de conhecimento de Libras.

Evidentemente, nada é assim tão fácil quanto parece na linearidade de uma narrativa. Não se monta um curso da natureza do nosso sem muitos dilemas e embates, práticos e teóricos. E é fértil que assim seja. Bilingüismo,

multilingüismo, oralismo, aspectos relativos ao ensino inclusivo e exclusivo e suas interfaces, o conceito de “educação especial”, questões relativas à identidade surda, reflexões sobre grupos minoritários e sobre os vários matizes do tema da diferença, dentre outros temas, são assuntos discutidos com muito interesse por nossos alunos e professores. Não cabe, entretanto, enveredar por tais assuntos no espaço reduzido desta comunicação.

Falemos, pois de nossa atividade investigativa.

Nossa pesquisa tem por finalidade refletir sobre o papel do texto literário (prosa, poema e drama), de outras maneiras de expressão artística (cinema, artes plásticas, artes cênicas...) e de formas escritas do cotidiano (cartas, postais, e-mails, manifestos, abaixo-assinados, notícias de jornais e periódicos...) como elementos facilitadores e motivadores para a escrita e reescrita de textos por alunos surdos de diferentes faixas etárias e graus de escolaridade. Serão realizados estudos de casos referentes a ações concretas de professores de alunos surdos de diferentes faixas etárias em contextos escolares diversos (inclusivos e exclusivos). Serão reunidas e interpretadas fontes escritas relativas ao tema da pesquisa e, especificamente, obras publicadas e a produção acadêmica que abordem diretamente a interface entre estudos surdos e produção literária e/ou artística no Brasil. Serão desenvolvidas, aplicadas e testadas atividades concretas nas quais estudantes surdos de diferentes faixas etárias e graus de escolaridade façam uso de textos literários, outras maneiras de expressão artísticas e de formas escritas do cotidiano para produzirem textos (termo aqui compreendido como aquilo que diz respeito a toda produção cultural fundada na linguagem) em Língua Portuguesa e em Libras.

Como resultado secundário, mas não menos relevante, a pesquisa proposta reunirá e tratará de vasto material com manifestações literárias, expressões artísticas e formas discursivas do cotidiano que tenham como suporte a Língua Brasileira de Sinais em diálogo com a Língua Portuguesa.

Vistos os objetivos da pesquisa, passemos às premissas teóricas.

As questões relativas à aquisição de linguagem, ao letramento e à escrita e reescrita de textos em língua nacional por parte de alunos surdos envolvem extensos e intensos (muitas vezes, tensos) debates travados em diferentes campos de conhecimento e sob variadas perspectivas teóricas. Com relação especificamente à questão da aprendizagem da língua nacional escrita por parte de alunos surdos, há posicionamentos dicotômicos algo extremados. Alguns afirmam, por exemplo, ser uma violência da “*cultura ouvinte*” hegemônica “*obrigar*” o surdo a escrever fazendo uso de uma língua que não é sua língua “*natural*” ou sua natural tendência lingüística (Cf. Fisher & Lane, 1993 e Thomaz, 1998)¹.

Tal postura representa um enfático “*não*” a medicalização da diferença, ao ouvintismo como ideologia dominante, à pedagogia corretiva e ao oralismo compulsório dos quais os indivíduos surdos, ao longo da história, foram alvo (Cf. Skliar (org.), 1998). Tais perspectivas mencionadas de ação pedagógica sobre a surdez derivam de toda espécie de cientificismos e têm perigosos desdobramentos eugenísticos. Não se pode afirmar que, ainda hoje, estejam de todo desaparecidas.

A afirmação da Língua de Sinais (no caso brasileiro, Libras) como primeira Língua dos surdos e como suporte para o seu desenvolvimento cognitivo se desenvolve em um contexto de afirmação dos direitos e das especificidades do sujeito surdo e se contrapõe ao discurso universalista hegemônico, de recorte liberal. Este garante à maioria (e a um abstrato Homem com “H” maiúsculo) um lugar privilegiado de enunciação, supostamente neutro e universal, que permite aos grupos ideologicamente majoritários falar em nome de

¹ Os textos citados são apenas exemplos de posições teóricas que se aproximam da perspectiva mencionada, de resto, bastante presente em variados textos referentes a estudos em torno do tema da surdez.

todos. Isto implicou em um apagamento das demandas específicas das minorias e numa espécie de “ditadura” de uma maioria silenciosa. Os movimentos sociais das minorias (dentre eles, o dos surdos) e o discurso de crítica multiculturalista ao humanismo burguês procuraram corrigir os excessos e injustiças que têm sido perpetrados no Ocidente em nome de abstrações generalizantes como o Homem e a Ciência (com “H” e “C” maiúsculos).

Passamos, entretanto, de um extremismo cientificista para uma espécie de extremismo multiculturalista. Adotando uma perspectiva histórica, podemos compreender, mas nunca justificar, àqueles que, sob o pretexto de defender um grupo cultural minoritário, condenam os que fazem uso de alguma língua de sinais ao isolamento social. Os perigos do binarismo, do essencialismo e do paroquialismo (cf. Amit-Talai e Knowles (orgs.), 1996), derivados de posturas políticas e discursos teóricos multiculturalistas, não podem ser escamoteados ou subestimados nos dias de hoje.

Em nossa perspectiva, o aprendizado da língua nacional escrita precisa continuar sendo considerado, nos moldes da velha cidadania iluminista ainda não de todo implantada entre nós, um direito de todo cidadão e um objetivo a ser atingido pelos meios e agentes educacionais do país. Sem tal aprendizado, não há como lutar para usufruir uma cidadania plena e nem fazer parte do embate político e econômico travado em todo e qualquer agrupamento social. Em nossos discursos teóricos, as nações podem corresponder a pós-modernas “*fronteiras imaginadas*” e ser encaradas como “*construções discursivas*” (Carvalho, 2005). É, sem dúvida, uma maneira de destacar a natureza semiótica (e, portanto, prismática e relativa) de nossos valores culturais. Podemos e devemos destacar a natureza multilingüística dos agrupamentos humanos concretos e não devemos temer ressaltar o caráter ficcional de conceitos lingüísticos aparentemente simples como o de “língua” (Rajagopalan, 2000). Mas não devemos cair no extremo oposto do logocentrismo: o relativismo absoluto. Até para ser capaz de *desconstruir* conceitos tão arraigados, como os de “língua” e

“nação”, nosso aluno precisa construir sofisticados instrumentos cognitivos que implicam num domínio satisfatório da linguagem escrita. Não temos o direito de estigmatizar àqueles, que por um motivo ou outro, não lograram ou não desejaram absorver o aprendizado de uma língua nacional. Mas não podemos, por outro lado, negar a ninguém que pode e assim deseja a possibilidade de aprender a língua da nação da qual faz parte, queria ou não. Este parece ser, nos dias de hoje, o grande desafio concreto dos discursos identitários responsáveis articulados em torno do bilingüismo ou do multilingüismo: garantir a coexistência respeitosa de sistemas lingüísticos (e culturais) diferentes em uma mesma coletividade nacional sem relegar a um segundo plano o direito universal dos cidadãos ao melhor domínio possível da língua oficial ou hegemônica de seus respectivos países.

A presente pesquisa busca justamente responder a tais desafios. E parte de algumas premissas. Considerando a língua de sinais como a língua primeira (L1) do indivíduo surdo, a escrita e reescrita em língua portuguesa realizada pelo aluno surdo brasileiro se trata de uma tradução/assimilação da “*linguagem ouvinte*” hegemônica/central. A Língua de Sinais é o suporte para o desenvolvimento cognitivo do surdo. Portanto, o ponto de partida, para a escrita e reescrita de textos em língua portuguesa, é a assimilação de textos e textualidades através da L1 (Quadros e Karnopp, 2004).

Não devemos, entretanto, *essencializar* este abstrato sujeito surdo em torno do qual estamos construindo argumentações. Existem múltiplas situações contextuais que permitem inúmeros matizes identitários, muitas vezes, cambiantes e imprecisos. Para ficarmos com a dupla determinação que nos interessa no momento, o mínimo que podemos dizer sobre o sujeito que estamos definindo como alvo de atuação de nossa pesquisa é: ele é “*surdo*” e “*brasileiro*”. De fato, ele tem aspectos identitários específicos, derivados da circunstância cultural surda, mas é institucionalmente tão cidadão brasileiro quanto qualquer outro.

É justamente esta situação de “*fronteira*” (Bhabha, 1998) entre ouvintes e surdos **brasileiros** – de resto comum a qualquer identidade cultural, que só define pela *alteridade* – que nos faz valorizar, como elementos facilitadores e motivadores da produção de textos em língua portuguesa por alunos surdos, o papel do texto literário, das demais formas de expressão artística e das formas de escritas do cotidiano.

Entretanto, apesar de esforços isolados de muitos professores, o cotidiano da aprendizagem em sala de aula da escrita em língua portuguesa por alunos surdos parece focado ainda no desempenho ortográfico do aluno (Fernandes, 1990) e, mesmo quando se adota uma perspectiva lingüística mais oportuna e flexível, os aspectos éticos e estéticos – que poderiam servir de motivo real para que se deseje aprender a ler e escrever em uma língua nacional qualquer – são relegados a um segundo plano. Deve-se dizer, a bem da verdade, que tais problemas não ocorrem apenas na aprendizagem de língua portuguesa direcionada a alunos surdos. De um modo geral, os avanços teóricos dos estudos lingüísticos não têm logrado atingir à ponta do sistema de ensino. Mas, no caso da aprendizagem de língua portuguesa por parte de alunos surdos, tal lacuna pode implicar num perigoso isolamento cultural de natureza segregacionista.

Nosso objetivo é exatamente dar ênfase aos aspectos ideológicos (éticos e estéticos) que justificam a aprendizagem da língua portuguesa por parte de qualquer cidadão brasileiro, inclusive surdo. A interação dialógica do aluno surdo com a produção artística e literária, no mínimo, brasileira e ocidental é mais do que um *meio* para motivar afetivamente o interesse dos alunos pela língua e pelas linguagens que dão suporte a tais manifestações culturais (pois, conforme nos faz ver Bakhtin, não existe produção cultural *fora* da linguagem (Stam, 1992). Trata-se, antes, de uma *condição necessária* para o exercício pleno de todas as faculdades humanas de um indivíduo que é surdo, mas também cidadão brasileiro e integrante periférico da sociedade ocidental (dentre outras possíveis sobredeterminações). Não se adota aqui, portanto, uma visão *instrumental* da literatura e das artes. O domínio

de uma língua escrita é apenas parte da interação social, que se forja no intercâmbio de linguagem com os outros.

Além do desejo de descobrir (ou redescobrir) formas lúdicas e afetuosas de aproximação entre a língua e seus usuários, o combate ao isolamento compulsório do indivíduo surdo em áreas restritas justifica o caminho de investigação de possibilidades de intercâmbio cultural adotado pela pesquisa proposta. O reconhecimento da necessidade de imersão do surdo (especialmente do surdo pré-lingüístico) em um universo onde circule com desenvoltura a Língua de Sinais e as críticas pertinentes feitas à real natureza das políticas, ditas, inclusivas não justificam o fechamento de cidadãos surdos em guetos.

Por outro lado, para que exista um verdadeiro intercâmbio – e não mero “*colonialismo*” – será preciso garantir que as atividades desenvolvidas pela presente pesquisa estimulem o convívio e até o inevitável entrechoque entre textos produzidos em Língua Portuguesa, em Libras e/ou em outros tipos de suportes discursivos. Assim, a ação de escrever e reescrever textos – em Libras e/ou em Língua Portuguesa – será compreendida não apenas como mera *reprodução* e sim como a inevitável atitude humana de *ressignificar*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIT-TALAI, Vered e KNOWLES, Caroline, orgs. *Resituating identities. The politics of race, ethnicity, culture*. Peterborough, Ontario: Broadview Press, 1996.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, Cláudio. *Canções balcânicas*. In: Tecnogaia: revista independente de cultura, pesquisa e saber. 1ª ed. Tecnogaia cultural, Senai-RJ, Xerox-Funguten, 2005.

FERNANDES, E. *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FISHER, R. & LANE, Harlan. *Looking back. A reader on the history of deaf communities and their sign languages*. Hamburg : Signum-Verlang, 1993. e THOMAZ, A. S. Surdo: esse “outro” de que fala a mídia. In: C Skliar (org) *A surdez – Um olhar sobre diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. Os textos citados são apenas exemplos de posições teóricas que se aproximam da perspectiva mencionada, de resto, bastante presente em variados textos referentes a estudos em torno do tema da surdez.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (org.) *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

ROCHA, Solange Maria. *O INES e a educação de surdos no Brasil*. Vol 1. Rio de Janeiro: INES, 2007.

SKLIAR, C. (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Mediação: Porto Alegre, 1998.

STAM, Robert. Introdução. In: *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massas*. São Paulo: Ática, 1992.